

# Max Eitingon e a luta para estabelecer um padrão internacional de formação psicanalítica (1925-1929)<sup>1</sup>

Michael Schröter,<sup>2</sup> Berlim

Resumo: Este artigo trata dos primeiros anos da Comissão Internacional de Formação (CIF) da IPA. O autor começa delineando o modelo berlinense de formação, incluindo alguns aspectos menos conhecidos, e descreve como a fundação da CIF em 1925 foi concebida para promover o estabelecimento de uma formação institucionalizada com base nesse modelo pioneiro. Em relação à análise leiga, ele destaca a questão do poder central versus a autonomia local no que diz respeito à política de admissão. A parte final do texto é dedicada a um subcomitê da CIF (o “Comitê Eitingon”), nomeado em 1927, que tentou formular diretrizes de formação para toda a IPA, novamente com um perfil claramente berlinense. A discussão do esboço dessas

- 1 Versões anteriores deste artigo, desenvolvido com base em meu trabalho na edição da correspondência Freud-Eitingon, foram apresentadas no 14º Simpósio de História da Psicanálise, em 18 de fevereiro de 2001, em Tübingen, e em 9 de março de 2001, no Instituto Psicanalítico de Berlim. O seguinte material inédito é citado aqui: a correspondência entre Freud e Eitingon, da qual utilizo os textos estabelecidos por mim; um documento do “Comitê Eitingon” (ver seção IV); as cartas circulares do chamado “Comitê Secreto” (citadas como “circ.”), com a gentil permissão de Gerhard Wittenberger e Christfried Tögel; e outras cartas individuais, citadas a partir dos originais ou de cópias dos originais arquivados na Biblioteca do Congresso em Washington (documentos de Abraham, Bernfeld, A. Freud e S. Freud). As referências ao *International Journal of Psychoanalysis* são indicadas pela sigla *IJP* seguida do ano. Para a reprodução de trechos de cartas inéditas de Anna Freud e Sigmund Freud, agradeço à Paterson Marsh Agency, Londres (@ 2001 Espólio de Anna Freud e @ 2001 A. W. Freud et al., por meio de acordo com a Paterson Marsh Agency, Londres). Copyright © Institute of Psychoanalysis, reproduzido com permissão da Informa UK Limited, operando como Taylor & Francis Group, <https://www.tandfonline.com> em nome do Institute of Psychoanalysis.
- 2 Michael Schröter (nascido em 1944) é um sociólogo e historiador alemão especializado na história da psicanálise. Reconhecido por suas pesquisas sobre o desenvolvimento da psicanálise na Alemanha, ele tem contribuído significativamente para a compreensão das interações entre a psicanálise e o contexto sociopolítico do século 20. Schröter é editor da revista *Luzifer-Amor*, dedicada à história da psicanálise, e tem publicado extensivamente sobre o tema. Seu trabalho inclui a análise de correspondências de Sigmund Freud

diretrizes entre todas as sociedades filiadas (com a participação do próprio Freud) revelou alguns desacordos interessantes, enquanto a natureza “fechada” do sistema – em contraste com o que mais tarde seria chamado de “sistema aberto” – foi raramente questionada. A iniciativa fracassou, aparentemente devido à oposição americana, mas, essencialmente, por conta da defasagem no desenvolvimento das sociedades locais quanto à instituição de uma formação psicanalítica especializada. O artigo baseia-se em grande parte em material inédito e também oferece informações sobre Max Eitingon, o menos conhecido entre os primeiros líderes da psicanálise.

Palavras-chave: Instituto Psicanalítico de Berlim, Max Eitingon, Associação Psicanalítica Internacional (IPA), Comissão Internacional de Formação, análise leiga, profissionalização da psicanálise, formação psicanalítica

O menos conhecido entre os protagonistas do movimento freudiano inicial é Max Eitingon (ver, no entanto, Pomer, 1966; Neiser, 1978; Schröter, 1997). E isso não é por acaso. Ele foi um homem que atuava nos bastidores, uma espécie de eminência parda, um funcionário no melhor sentido da palavra: alguém que fazia a engrenagem girar. “Reserva e discrição” ou “diplomacia secreta” eram consideradas suas marcas registradas (Freud a Eitingon, 6 de março de 1930; Fenichel, 1998, p. 63). Ao mesmo tempo, diferentemente de outros pioneiros proeminentes da psicanálise, Eitingon deixou pouquíssimos rastros como pesquisador e autor. Para entrever algo de sua figura, é necessário voltar-se para questões organizacionais.

Historicamente, o período em que Eitingon desempenhou seu papel mais significativo começou relativamente tarde, de 1919 até 1932. Foi nesse intervalo que a psicanálise se tornou uma profissão, e a IPA, junto a suas sociedades filiadas, passou a considerar a formação de especialistas terapêuticos como uma de suas tarefas – possivelmente a principal. Nenhum outro tema foi tão decisivo para a psicanálise institucional, entre a Primeira Guerra Mundial e o período nazista, quanto a formação. Com uma observação mais atenta, esse desenvolvimento pode ser dividido em duas fases sobrepostas. A primeira fase,

que se poderia chamar de intensiva, foi marcada pela fundação de institutos de formação nos grupos mais importantes da IPA. O pioneiro e modelo desse processo foi Berlim, com sua Policlínica, fundada em 1920. Já a segunda fase, mais extensiva, teve início já em 1925, quando se tentou estabelecer o nível de formação ali alcançado como padrão internacional. Um indicativo disso foi a criação da Comissão Internacional de Formação (CIF).

Eitingon desempenhou um papel essencial em ambas as fases: como a “força motriz” (Abraham a Freud, 3 de agosto de 1919) por trás da criação da Policlínica; como Diretor do Instituto de Berlim até 1933; e como Presidente da CIF até sua dissolução após 1938. A Comissão de Formação chegou a ser descrita por seus contemporâneos como a “criação favorita” de Eitingon (Balint, 1948, p. 169). No círculo íntimo de Freud, ele era conhecido como “o representante da ideia de uma formação rigorosa” (circ., Jones, 19 de novembro de 1925), e boa parte de seu trabalho foi dedicada a essa ideia. É, portanto, uma homenagem apropriada a sua contribuição histórica o fato de o modelo tradicional de formação analítica ser hoje chamado de “modelo Eitingon” (Kernberg, 2000).

Este artigo ocupa-se principalmente da segunda dessas duas fases, ou seja, das atividades da Comissão Internacional de Formação (CIF), que até agora têm ocupado apenas um lugar marginal na historiografia da psicanálise. Jones (1957, pp. 112, 295-300), que se opôs à Comissão enquanto ela existiu, não chega a destacar, em sua biografia de Freud, que ela foi, na verdade, a expressão de um grande projeto organizacional e profissional. O relato e a análise mais estimulantes e consistentes são oferecidos por Balint (1948, pp. 168-169). Mais recentemente, temos a visão histórica bem documentada apresentada por Wallerstein (1998, pp. 27-49), para quem a CIF talvez tenha evocado seus próprios esforços, como presidente da IPA, ao tentar estabelecer as características definidoras da psicanálise moderna dentro de sua diversidade global.

Os esforços da CIF são, em geral (com exceção de Balint), descritos em relação ao problema da “análise leiga” (ver Bos, 2001), que também foi o principal foco de atenção à época. No entanto,

sob uma perspectiva sociológica, há boas razões para considerar que a questão da análise leiga – na medida em que transcendia os níveis locais ou nacionais e era responsabilidade da IPA – fazia parte de uma problemática mais ampla: a padronização internacional da formação psicanalítica. É esse aspecto que pretendo desenvolver neste artigo, com base em material inédito. A ênfase principal estará nos anos que antecedem 1929, período durante o qual as atividades da CIF foram impulsionadas por um movimento expansivo. As seções individuais, enquadradas por um prelúdio e uma coda, tratam dos Congressos de Bad Homburg e Innsbruck, realizados respectivamente em 1925 e 1927, e do trabalho de um subcomitê da CIF, formado em Innsbruck e presidido por Eitingon. O período subsequente, que se inicia com a pré-história do Congresso de Oxford (1929), é por si só rico demais em eventos para ser tratado no escopo deste artigo.

## I.

Para determinar a base pela qual se deram os desdobramentos posteriores, é necessário primeiro esboçar brevemente o que havia sido conquistado até 1925. Nos poucos anos desde o fim da guerra, houve um progresso rápido no que diz respeito à formação psicanalítica. A análise de formação, proposta no Congresso de Budapeste em 1918<sup>3</sup>, tornou-se quase imediatamente uma *conditio sine qua non* para todo analista subsequente. Já em 1922, Eitingon pôde afirmar: “Estamos todos firmemente convencidos – e com razão mais do que suficiente – de que, doravante, ninguém que não tenha sido analisado deve aspirar à condição de analista praticante” (1923, p. 267). Mesmo na Sociedade de Nova York, à época, alguns membros que haviam feito análise com Freud estavam impondo a exigência de “uma análise satisfatória com um analista competente” como condição de admissão,

3 Essa proposta é geralmente atribuída a Nunberg (ver Eitingon, 1926, p. 131), mas, na verdade, remonta a sugestões anteriores, possivelmente formuladas pela primeira vez em Zurique (Freud, 1912, p. 116; comparar com Falzeder, 2000, pp. 50-52). Balint afirma que Nunberg teria expressado seu comentário “em uma discussão privada” (1948, p. 168), mas ver as atas do Congresso de Budapeste (*Int. Zeitschr. Psychoanal.*, 1919, 5: 56).

com base na conformidade com os regulamentos de Berlim e Viena (*IJP*, 1923, p. 520).

Embora a análise de formação tenha respondido claramente a uma necessidade geral – o que torna difícil apontar quem teria iniciado a exigência de sua obrigatoriedade –, os desenvolvimentos seguintes estiveram ligados a Berlim. Em primeiro lugar, veio a análise supervisionada (ou “análise de controle”, como era chamada), isto é, o trabalho terapêutico prático realizado pelos alunos sob supervisão, que criou um equivalente ao ensino à beira do leito do paciente, habitual em outros tipos de formação médica (*Zehn Jahre*, 1970, pp. 58-60). Nem sempre se compreende plenamente que essa “invenção” procedimental (ver Fleming & Benedek, 1966, p. 6), que às vezes é considerada a mais importante contribuição de Berlim para a história da formação psicanalítica, estava estruturalmente ligada à criação de uma Policlínica (centro ambulatorial); foi, de fato, por esse meio que se tornou possível disponibilizar pacientes adequados (Eitingon, 1923, p. 268). Desde sua fundação, a provisão de tal espaço de ensino era considerada uma das funções principais da Policlínica de Berlim (Schröter, 1996, pp. 1153-1154; para Viena, ver Fallend, 1995, pp. 117-128).<sup>4</sup> A análise supervisionada também foi amplamente aceita como razoável e necessária (Eitingon, 1928a, p. 136), embora as condições institucionais para sua implementação não estivessem imediatamente presentes em todos os países.

O terceiro pilar da formação psicanalítica era o mais convencional: o ensino em forma acadêmica, por meio de aulas e seminários. Mas mesmo nesse aspecto, mudanças consideráveis ocorreram até 1925 – com Berlim, mais uma vez, à frente. A instrução teórica, que antes consistia em palestras ou cursos isolados, passou a ser ministrada cada vez mais como uma apresentação sistemática do conhecimento psicanalítico, distribuída ao longo de vários semestres (*Zehn Jahre*, 1970, pp. 31-39). Loewenstein, um dos primeiros alunos a concluir a formação em Berlim, mais tarde recordaria ter passado por “um

4 Nos escritos de Danto, tanto sobre a Policlínica de Berlim (1999) quanto sobre o Ambulatório de Viena (1998), a função central de formação é subestimada, enquanto se dá ênfase excessiva ao aspecto filantrópico (psicoterapia gratuita para as “massas”).

verdadeiro currículo” – embora tenha acrescentado, com um tom mais crítico, que “era um jeito bem frio, alemão, de ensinar a você o A, B, C”.<sup>5</sup> Os colóquios e seminários especiais sobre técnica, existentes em Berlim desde 1925/1926, tinham origem em Viena e foram incorporados a partir de lá (ver Eitingon, 1928b, p. 149; Balint, 1948, p. 166; Fallend, 1995, pp. 121, 293).

Uma conclusão decisiva foi alcançada em 1923, quando a Policlínica de Berlim se tornou “um instituto de formação com caráter acadêmico e currículo definido” (Schröter, 1996, pp. 1167-1168). Esse ponto de inflexão na história do instituto – para o qual Freud ofereceu conselhos úteis (circ., Abraham, 2 de junho de 1923) – passa facilmente despercebido, mas teve, de fato, grande importância histórica. A formação teórica e prática passou então a ser plenamente organizada, articulada entre si e com duração total de três anos. As diretrizes desse plano foram estabelecidas em um documento específico, intitulado “Orientações para a condução do ensino e da formação”, que Eitingon apresentou à assembleia da IPA em 1924 (pp. 232-233; reproduzido em Schultz-Venrath, 2000, pp. 67-69)<sup>6</sup>. No final do mesmo ano, foi fundado o instituto de formação de Viena, no qual “o sistema de Berlim foi adotado com pouquíssimas modificações” (*IJP*, 1926, p. 274). A academicização da formação psicanalítica, no entanto, não encontrou entusiasmo universal. Mesmo em 1936, ainda se fazia em Londres a crítica de que “são oferecidos e frequentados cursos teóricos demais em nossos grandes institutos continentais” (Eitingon, 1937, p. 356; ver também Jones, 1936, p. 274).

Os três elementos – análise de formação, ensino teórico e tratamento sob supervisão – combinados na estrutura de um instituto, definem o que se conhece como o “modelo Eitingon” de formação analítica. Ocasionalmente, um quarto elemento é adicionado: “a promoção da pesquisa psicanalítica”, que, em consonância com um antigo programa de Freud, também aparecia como um dos objetivos

5 Lembranças de Rudolph Loewenstein (entrevista de 10 de novembro de 1962) na Columbia University Oral History Research Office Collection, Nova York (pp. 19, 25).

6 O segundo relatório sobre a Policlínica de Berlim (Eitingon, 1924), no contexto do qual essa publicação ocorreu, curiosamente não foi publicado no *IJP* e não parece ter sido traduzido para o inglês em nenhuma ocasião (ver *IJP*, 1924, p. 405).

do Instituto nas diretrizes de Berlim (Eitingon, 1924, p. 232; Kächele & Thomä, 2000, p. 806). Mas isso foi, com modestas exceções, mais uma exigência teórica do que uma prática efetiva, exercendo pouca influência sobre o trabalho real realizado em Berlim e em outros lugares – até a fundação do Instituto de Chicago, em 1932, onde se passou, pela primeira vez, a dar grande importância à pesquisa.

Há, contudo, um outro elemento essencial ao modelo Eitingon, cuja relevância é comumente ignorada. Antes de 1914 (e fora de Zurique), a formação psicanalítica, na medida em que existia, geralmente significava que Freud e seus seguidores ensinavam pessoas adequadas por conta própria (Schröter, 1996, p. 1138). Após 1918, essa situação mudou. A autorização para formar deixou de ser prerrogativa dos analistas individualmente, e toda autoridade sobre questões de formação foi transferida para um corpo coletivo, nomeado por cada sociedade: o Comitê de Formação. O protótipo desses comitês – que, devido à crescente importância atribuída à atividade formativa, se tornaram os verdadeiros centros de poder dentro das sociedades psicanalíticas – foi criado em 1923, no curso da reorganização do Instituto Psicanalítico de Berlim (*IJP*, 1923, p. 512; para Viena, Fallend, 1995, pp. 123-128).

Uma última inovação berlinense, também realizada em 1923, foi tornar a admissão a um grupo psicanalítico condicionada à conclusão do instituto de formação (Schröter, 1996, p. 1169). A filiação à sociedade funcionava, assim, como um diploma substitutivo. Essa medida, que aumentava o controle sobre os profissionais qualificados, não era a única possibilidade em discussão. Também se cogitava se os alunos que tivessem completado com êxito sua formação deveriam receber uma certificação formal. Entre 1920 e 1922, a diretoria da IPA realizou uma pesquisa sobre o tema (*IJP*, 1920, p. 209; 1923, pp. 237-238). Em Viena, ainda em 1925, havia o desejo de entregar um “certificado” aos formandos, proposta que foi bloqueada por Eitingon e Radó (Radó a Bernfeld, 21 de junho de 1925). A vinculação entre formação e filiação resultou na transformação, em maior ou menor grau, da associação de psicanalistas de uma organização científica em um corpo profissional de terapeutas psicanalíticos.

Em 1925, o modelo berlinense de formação psicanalítica – criado principalmente por Max Eitingon e Karl Abraham – já havia se difundido em Viena e Londres, ou estava prestes a se difundir, com a ajuda de alguns analisandos de Abraham (Helene Deutsch, os irmãos Glover). No restante deste artigo, tratarei da questão de até que ponto os diversos grupos da IPA estavam prontos para adotar esse modelo.

## II.

Um novo capítulo na história da formação psicanalítica teve início em 1925, no Congresso de Homburg, com uma “discussão preliminar sobre a questão da formação analítica”, convocada por Eitingon. Essa discussão levou à decisão do Congresso de que todas as sociedades filiadas deveriam eleger um comitê de formação e de que esses comitês deveriam se unir para formar uma “Comissão Internacional de Formação”, que atuaria como “órgão central” da IPA para todas as questões relacionadas ao ensino da psicanálise (*IJP*, 1926, p. 141).

Não está claro quando e por quem exatamente essa “discussão preliminar” e a fundação de tal “órgão central” foram concebidas<sup>7</sup>. É provável que todo o plano estivesse ligado a um conflito que eclodiu no outono de 1924 em torno de Caroline Newton, uma assistente social americana que, após algum tempo de formação em Viena, tornou-se membro da sociedade vienense, mas que não conseguiu nem mesmo obter o status de convidada na sociedade de Nova York, por ter começado a clinicar apesar de sua formação não médica (Mühlleitner, 1992, pp. 234-235; Fallend, 1995, pp. 138-139). Esse episódio intensificou tanto o problema das condições divergentes de admissão entre os grupos da IPA quanto a questão que estava no cerne do problema da análise leiga, já perceptível há algum tempo pelo círculo mais próximo de Freud (Schröter, 1996, pp. 1146-1167; *Rundbriefe*, vol. 2, pp. 206-207, 209): o que deveria ser considerado mais importante no futuro – a formação acadêmica prévia do candidato, médica ou

7 Jones afirmava que a criação da Comissão Internacional de Formação (CIF) havia sido uma “proposta sua”, que Eitingon teria “apoiado com entusiasmo” (Freud & Jones, 1993, p. 581; cf. Jones, 1957, p. 112).

não, ou a formação profissional específica para tornar-se analista, como estava sendo oferecida nos novos institutos?

Nesse momento, Abraham e Eitingon, então diretores executivos centrais da IPA, parecem ter decidido promover a discussão sobre uma regulamentação internacional e aprimorada da formação já no congresso seguinte. A decisão implicava uma mudança de foco da forma para o conteúdo. Enquanto os americanos desejavam uma alteração nos estatutos que especificasse que “pessoas admitidas por um grupo não deveriam automaticamente ter direito à filiação em outro” (circ., Abraham, 15 de março de 1925), em Bad Homburg tentou-se aproximar o nível da formação analítica nos outros países ao padrão dos principais grupos europeus e, assim, reduzir a defasagem institucional que estava na origem de muitos dos conflitos com os Estados Unidos. Abraham mais tarde relatou a Freud:

O apelo por uma formação o mais uniforme possível [em diferentes países] foi bem recebido, e seria muito mais eficaz estabelecer condições rigorosas nesse sentido do que emitir regras impressas sobre a aceitação de candidatos. (Freud & Abraham, 1965, p. 394)

Na reunião preparatória do Congresso de Homburg, Eitingon resumiu o programa da Comissão Internacional de Formação, criada para a implementação dessa tarefa, em quatro proposições (1926, p. 130): (1) “A formação psicanalítica não deve mais ser deixada à iniciativa privada de indivíduos”; (2) A sociedade psicanalítica do país em que o candidato reside “deve, coletivamente, assumir a responsabilidade por ele”; para isso, devem ser criadas instituições adequadas “a serem conduzidas, *mutatis mutandis*, nos mesmos moldes e, tanto quanto possível, do mesmo tipo”, razão pela qual é também adequado que a IPA “estabeleça, de forma autoritativa, regulamentos para a formação”; (3) A análise de formação é de fato “a parte mais importante da formação”, mas deve ser complementada pelo trabalho supervisionado; (4) Decorre do acima exposto que apenas alunos plenamente formados devem tornar-se membros da IPA. Como se pode perceber na primeira parte deste artigo, era a formação oferecida

em Berlim, no modelo de 1923, que estava sendo aqui apresentada *in toto* como paradigma para diretrizes padronizadas de formação, válidas para todos os grupos da IPA (ver Jones, 1943, p. 191).

A orientação específica do discurso de Eitingon era, presumivelmente, dirigida aos Estados Unidos, onde o grupo de Nova York acabava de começar a implementar a análise de formação (enquanto a Associação Americana talvez nem sequer tivesse avançado até esse ponto) e onde uma formação analítica profissional específica ainda era uma perspectiva distante. Mas o discurso também se dirigia a Viena, onde se havia tornado costume receber candidatos estrangeiros em análise por algum tempo, acrescentar-lhes um curso qualquer, e depois enviá-los de volta a seus países de origem como “formados”. Certamente, nem sempre isso era feito com a devida cautela. Jones chegou a falar de uma “*wilde Ausbildung*” [formação selvagem], na qual analistas individuais se arrogavam uma autoridade que, normalmente, deveria ter sido transferida ao comitê de formação (Freud & Jones, 1993, p. 626). O fato de que, durante as controvérsias da época, não apenas os americanos, mas também os centro-europeus – e em particular os vienenses, que enfrentavam privações severas no pós-guerra – perseguiam objetivos egoístas e materialistas foi atestado por Ferenczi, quando comentou, em relação aos debates de Homburg, que não havia sido “uma performance muito bonita para os americanos, que perceberam muito bem que se tratava de seus dólares, e não de interesses científicos” (Freud & Ferenczi, 2000, p. 229; Jones, 1957, pp. 291-292).

À luz dos acontecimentos posteriores, é notável como o ponto verdadeiramente crítico do programa de Eitingon, de 1925, foi introduzido de maneira tão incidental. Esse ponto não estava na criação de diretrizes de formação em si, mas na afirmação de que tais diretrizes – incluindo as condições de admissão – deveriam assumir a forma mais semelhante possível em todos os grupos, e ser respaldadas pela autoridade da IPA. Por que o objetivo de uma regulamentação central unificada da formação não foi mais fortemente enfatizado e fundamentado?

Eitingon claramente esperava que qualquer abordagem séria das questões relativas à formação levaria naturalmente a regulamentos

semelhantes aos de Berlim e, com isso, também à resolução das dificuldades entre os diversos grupos. Assim, Viena e Londres se prepararam para estabelecer seus próprios institutos, modelados segundo o protótipo berlinense, e a inovação da análise supervisionada foi amplamente aceita. Dois anos depois, Eitingon comentou que os três principais grupos europeus estavam realizando seus trabalhos “praticamente segundo os mesmos moldes” (1928a, p. 136). As particularidades locais “não pesaram na balança frente às exigências decorrentes da estrutura interna de nossa teoria científica e de nosso trabalho prático”, nem frente “à lógica interna” dos esforços de formação psicanalítica. Essa expectativa – de que as soluções surgiriam diretamente das exigências da própria matéria, e de que os conflitos de interesse entre os grupos seriam algo secundário ou até desprezível – remete àquele pensamento pré-democrático que impôs tantos obstáculos ao estabelecimento do parlamentarismo na República de Weimar.

Mesmo entre os grandes grupos europeus, o curso dos acontecimentos não esteve livre de tensões. Imediatamente após o Congresso de Homburg, houve uma disputa em Viena acerca dos esforços de Helene Deutsch “para desenvolver o Instituto de Viena segundo o modelo do Instituto de Berlim” (A. Freud para Eitingon, 2 de agosto de 1925). O próprio Freud indicou que não era um adepto do “rigor” berlinense. “Sou um conhecido defensor da análise leiga”, escreveu, “e gostaria de tornar o ensino analítico acessível, de forma liberal, a todos os que o busquem, mesmo que não possam submeter-se às rigorosas exigências do curso completo de formação” (circ., 20 de outubro de 1925). A isso, Eitingon respondeu com um breve esboço de sua política de formação:

Devemos exigir das pessoas mais do que um simples desejo de aprender algo, e todo o nosso rigor se aplica com o objetivo de exigir de nossa grande organização que ajude justamente essas pessoas, criando instalações em tantos lugares quanto possível, para que possam, gradualmente, aprender tudo ou pelo menos mais do que fragmentos – em alguma proximidade temporal e geográfica.

(a Freud, 29 de outubro de 1925).

Assim, Eitingon defendeu o ideal berlinense de uma formação sistemática e aprofundada, rejeitando a formação abreviada que vinha sendo praticada em Viena, especialmente com candidatos estrangeiros.

Sua carta revela ainda que sua política visava exercer pressão sobre todas as sociedades filiadas à IPA para que criassem institutos de formação – o debate sobre a análise leiga, em si, era secundário a essa meta. A objeção padrão feita pelos americanos – de que estavam perdendo influência sobre a seleção de seus membros, devido à formação irregular de seus concidadãos em Viena – foi respondida com a solicitação de que, antes de tudo, se preocupassem em criar locais de ensino equivalentes em seu próprio país. Este foi, em especial, o argumento de Freud. No final de 1925, ele enfatizou que os americanos fariam melhor em tornar “a formação rigorosa, tanto de leigos quanto de médicos”, sua prioridade, em vez de lutar contra a análise leiga (Freud & Jones, 1993, p. 582).

Uma vez que existissem centros de formação em vários locais, sugeria Eitingon, os candidatos poderiam buscar não apenas o instituto de sua escolha, mas também diversos lugares, sucessivamente, para diferentes etapas da formação. A analogia com os estudos universitários, tal como então realizados na Alemanha, é evidente. No Congresso de Innsbruck, em 1927, Eitingon elogiou o fato de que Berlim, Viena e Londres “já podiam atuar vicariamente umas pelas outras” (1928a, p. 136). Da mesma forma, Deutsch defendeu o fomento ao “caráter internacional da formação” por meio de um “intercâmbio de alunos” (*IJP*, 1928, p. 146).

### III.

De acordo com uma decisão do Congresso de Homburg, Eitingon, como presidente da Comissão Internacional de Formação (CIF), convidou “aquelas de nossas Sociedades Filiadas que ainda não haviam formado comitês de formação a procederem à sua criação” (1928a, p. 135). Quatro novos comitês foram então estabelecidos: na Hungria, na Holanda, em Nova York e na Associação Psicanalítica Americana (*IJP*, 1926, p. 285); fora isso, houve pouca atividade da CIF

entre 1925 e 1927. O impacto de uma iniciativa adicional, um questionário promovido por Eitingon (1928a, p. 137), permanece incerto<sup>8</sup>. Quaisquer outros eventos relacionados à centralização das diretrizes de formação até o Congresso de Innsbruck ocorreram ou no plano do debate público ou no âmbito da administração ordinária da IPA.

O aspecto público, isto é, sobretudo a “Discussão sobre a análise leiga” na *Internationale Zeitschrift* e no *International Journal of Psychoanalysis* (1927), provocada pelo texto de Freud sobre o tema (1926), e à qual ele também ofereceu a contribuição conclusiva (1927), já é bem conhecido (ver Leupold-Löwenthal, 1978; Girard, 1990; Bos, 2001). Essa discussão certamente forçou a questão da análise leiga – que ainda fora abordada por Eitingon no Congresso de Homburg como um aspecto da formação em geral – a emergir como um problema autônomo. Com relação à administração da IPA, as fontes revelam os bastidores da questão.

Muito antes do Congresso de Innsbruck, a fim de evitar “qualquer reapresentação despreparada da questão da análise leiga”, Eitingon enviou uma mensagem aos presidentes das sociedades filiadas (8 de janeiro de 1927), pedindo que discutissem o tema em seus respectivos grupos e formulassem uma “resolução fundamentada”, a partir da qual a diretoria central pudesse estruturar previamente o debate em Innsbruck. Duas dessas resoluções foram publicadas (*IJP*, 1927, pp. 281-283): a Hungria se declarou favorável à aceitação de não médicos para a formação; Nova York declarou-se intransigentemente contrária. Havia rumores de que os americanos estavam prestes a se retirar (por exemplo, Freud & Jones, 1993, p. 623). Coube a Eitingon tentar conduzir um caminho intermediário entre esses dois extremos – e o próprio Freud estava inclinado a adotar uma posição extrema –,<sup>9</sup> que ao mesmo tempo mantivesse a unidade da

8 De todo modo, essa iniciativa ocorreu em 1927 (Jones para Ophuijsen, 28 de novembro de 1928). Assim, a ideia de Bos (2001, pp. 156-157, 161), de que ela teria sido o ponto de partida da amplamente divulgada “Discussão sobre a análise leiga” e de que o livreto correspondente de Freud teria sido motivado por ela, é insustentável.

9 Uma indicação disso é um trecho fortemente antiamericano no manuscrito original do seu “*Posfácio a ‘A Questão da Análise Leiga’*” (1927), cuja edição Freud deixou a cargo de Eitingon (carta de 30 de junho), caso ele considerasse o conteúdo “impolítico e perigoso”, por poder oferecer aos americanos “a oportunidade de se retirarem”. Eitingon fez uso da

IPA e promovesse o estabelecimento e a padronização internacional da formação analítica. Essa era uma tarefa política impossível, que por vezes superava até mesmo sua “pobre, persistente engenhosidade”, como ele próprio disse (a Freud, 12 de julho de 1927).

Na busca por um meio-termo, Eitingon fez uso de uma resolução que havia recebido da Sociedade Britânica, provavelmente em resposta à sua mensagem aos presidentes (a Freud, 27 de junho de 1927). Seu texto revela a caligrafia de Jones (circ., 28 de fevereiro de 1927). Jones não era um opositor ferrenho da análise leiga; seu grupo era composto por quase 40% de não médicos. Mas foi justamente por isso que ele desenvolveu algumas reservas quanto aos analistas leigos:

A ausência de tradições profissionais, a frequente falta de qualquer disciplina mental prévia por parte deles, e a vantagem inegável do conhecimento médico são, em minha opinião, aspectos que precisam ser compensados por qualidades especiais por parte do candidato leigo, antes que se possa considerá-lo em pé de igualdade com um médico. (circ., 19 de novembro de 1925)

Acima de tudo, porém, Jones queria estabelecer a autonomia dos grupos individuais, ou seja, assegurar às sociedades filiadas o direito de determinar a admissão de seus próprios candidatos e membros. Ao fazer isso, talvez se lembrasse de seus próprios conflitos com Berlim e Viena no início da década de 1920, quando o grupo de Londres era menos desenvolvido em relação aos principais grupos centro-europeus – situação similar à que Nova York enfrentaria mais tarde (Schröter, 1996, pp. 1162-1167). Era esse ponto da autonomia que conferia à discussão sobre a análise leiga seu caráter explosivo, à medida que se posicionava em nível internacional. Nesse aspecto, Jones concordava com os americanos a tal ponto que praticamente podia se aliar a eles, ainda que não compartilhasse integralmente de sua visão sobre o tema.

autorização que lhe fora dada e suprimiu o trecho (carta a Freud, 2 de julho de 1927). Esse trecho foi posteriormente publicado por Grubrich-Simitis (1993, pp. 226-229).

A “dupla resolução inglesa”, que deveria ser apresentada como uma proposta no Congresso de Innsbruck,<sup>10</sup> afirmava, segundo o resumo feito por Eitingon (para Freud, 27 de junho de 1927), que: (a) “uma formação médica é um requisito para os alunos de psicanálise, embora a ausência desse requisito, em casos por demais adequados, não seja motivo suficiente para rejeição”; e que deveria haver (b) “autonomia para os comitês de formação de cada grupo individual”. O primeiro ponto representava um compromisso engenhoso: a exigência de formação médica era estabelecida como norma, mas deixava-se aberta uma “porta dos fundos” que poderia ser utilizada com maior ou menor amplitude. Eitingon adotou essa formulação. A primeira parte da resolução em duas seções, que ele publicou previamente na “Discussão sobre a análise leiga” (1927, pp. 400-401) e que submeteu à votação na reunião da Comissão Internacional de Formação (CIF) em Innsbruck (1928a, p. 140), é idêntica à fórmula de Jones.

O segundo ponto era mais problemático. A versão original em inglês (reconstruída) dizia o seguinte:

Cada Sociedade Filiada pode determinar independentemente suas condições de admissão. Para candidatos oriundos de outro país, as condições estabelecidas pelo Comitê de Formação de seu país de origem constituem o critério válido. Nesses casos, o Comitê de Formação responsável pela admissão do candidato deve primeiro entrar em acordo com o Comitê de seu país de origem.

Essa norma concederia autonomia oficial às sociedades filiadas quanto às condições de admissão; a IPA (e sua Comissão) renunciaria a qualquer ambição centralizadora; e qualquer formação de leigos americanos na Europa se tornaria inviável, pois seus grupos

10 O texto em si parece não ter sobrevivido diretamente, mas pode ser reconstruído, ao menos em essência, a partir de um documento existente em versões alemã e inglesa na Biblioteca do Congresso (*S. Freud Papers*). A versão em alemão (*Vorschlag des Vorstandes*), datada de “[Berlim], VI.27” e assinada por Eitingon, muito provavelmente é idêntica à resolução que Eitingon enviou a Freud, Jones e Ferenczi em 2 de julho de 1927. A partir de sua carta a Freud de 27 de junho, pode-se concluir que esse texto, com exceção de uma “pequena” alteração no início do ponto 2 (ver abaixo), corresponde à dupla resolução inglesa.

nacionais poderiam bloquear o processo com um veto. Para Eitingon, isso era um passo longe demais. Assim, ele fez uma “pequena, mas essencial mudança” na passagem de Jones (para Freud, 27 de junho de 1927), que na prática inverteu seu significado, ao acrescentar, logo no início: “Dentro do escopo destes princípios, cada Sociedade Filiada...” Essa adição limitava a autoridade das sociedades individuais com base na regulamentação do primeiro ponto, que proibia a discriminação contra não médicos com base unicamente na sua formação educacional. Ao enviar essa nova fórmula a Freud, Eitingon enfatizou que, “ao contrário da resolução inglesa, de conteúdo idêntico, [ela] não concede autonomia aos americanos em relação aos analistas leigos” (2 de julho).

Eitingon enviou uma versão em alemão do texto assim reformulado aos membros do chamado “Comitê Secreto”. Freud, no entanto, não demonstrou mais interesse por essas sutilezas táticas (para Eitingon, 15 de julho).

Mas um novo personagem entrou em cena: Ferenczi. Ferenczi era o presidente praticamente designado da IPA (ver Eitingon para Freud, 21 de junho de 1926), que deveria ser eleito no Congresso de Innsbruck<sup>11</sup> e, portanto, tinha um interesse vital nas decisões que estavam prestes a ser tomadas. Ao mesmo tempo, era um forte defensor da análise leiga e pouco diplomático, que acabara de arruinar suas relações com os americanos após uma longa estadia em Nova York, onde ensinou psicanálise a não médicos e os encorajou a formar um grupo próprio. Ele desconfiava de Eitingon como sendo “absolutamente amigo dos médicos” (Freud & Ferenczi, 2000, p. 317), suspeita essa que era sustentada pelas declarações públicas de Eitingon (por exemplo, 1927, p. 400) – e que também não estava muito distante da opinião do próprio Freud (Freud & Ferenczi, 2000, p. 340). Por outro lado, é importante registrar que a postura hostil à análise leiga, predominante no Instituto de Berlim durante o tempo de Abraham (Schröter, 1996, pp. 1157-1159; 1168-1169), diminuiu

11 Isso foi frustrado por Jones, que o rejeitou, em grande parte devido ao conflito em torno da análise leiga (ver, por exemplo, *Freud para Eitingon*, 5 de julho de 1927; *Freud e Ferenczi*, 2000, p. 395).

dramaticamente sob a liderança de Eitingon. E, quanto ao cenário internacional, vale considerar o que Freud escreveu a Ferenczi por ocasião das resoluções preliminares para o Congresso de Innsbruck: “Eitingon está agindo como um diplomata prático e está tentando – talvez apenas como um favor a mim – fazer ser aprovado o máximo possível” (Freud & Ferenczi, 2000, p. 319).

Quando Ferenczi viu a fórmula de Jones e Eitingon, ficou furioso e fez uma visita relâmpago a Berlim. Rejeitou sobretudo as “concessões práticas” incluídas na segunda parte. Somente após exaustivas discussões – nas quais, em certos momentos, Alexander, Radó, Simmel e Horney também foram envolvidos – ele aceitou um texto modificado. “Consenti”, relatou a Freud, “em exigir que os analistas comuniquem os nomes dos candidatos à formação que não sejam do país de origem a um grupo docente do país em questão” (*Freud & Ferenczi*, 2000, p. 318; tradução adaptada [M. S.]); isso significava que as sociedades locais ou nacionais nem sequer manteriam o direito de aprovar formalmente a admissão. Em caso de desacordo, a Comissão Internacional de Formação (CIF), como órgão central, atuaria como tribunal arbitral. Foi nessa forma laboriosamente equilibrada que a resolução de Eitingon foi publicada e submetida à votação em Innsbruck, em setembro de 1927 (1927, pp. 400-401; 1928a, p. 140).

Em Innsbruck, então, o caos se instaurou. Primeiro, a resolução de Eitingon foi praticamente esvaziada na reunião da CIF, por iniciativa dos americanos: a proibição planejada contra a discriminação de candidatos não médicos foi diluída até se tornar uma mera “recomendação”. Em retaliação, a facção de Berlim e Viena bloqueou a tentativa de Jones de implementar o princípio da autonomia dos grupos (*IJP*, 1928, p. 141). Quando Jones repetiu a tentativa na assembleia geral, uma acalorada discussão foi deflagrada, na qual opiniões divergentes colidiram de todos os lados (*IJP*, 1928, pp. 151-155). O avanço veio quando Radó propôs uma moção recomendando que, para superar as diferenças entre os grupos, o Congresso encarregasse a CIF de elaborar um estatuto internacional destinado a regular “as condições de admissão à formação e... todo o curso da formação psicanalítica em geral” (p. 153). O Congresso aprovou sua moção.

Deixando de lado os aspectos mais mesquinhos do evento (cf. Freud & Jones, 1993, p. 626; Jones, 1957, pp. 295-296), pode-se dizer que a moção de Radó retirou o debate do impasse em que havia mergulhado e abriu uma nova via de atividade construtiva. A questão da análise leiga foi recolocada em seu contexto mais amplo – o da regulação completa da formação – e identificada como uma tarefa central a ser enfrentada pela IPA. Foi, claramente, um retorno ao programa que Eitingon havia apresentado em Bad Homburg. A tentativa de resolver os problemas por meio da “elaboração de normas” parece ter sido uma marca característica dele (Jones, 1936, p. 273). É impensável que Radó não tivesse obtido antes o aval de Eitingon para sua proposta – e é provável que estivesse inclusive atuando como seu porta-voz. De todo modo, a CIF, que havia se mantido relativamente passiva entre 1925 e 1927, passava agora ao centro do palco.

#### IV.

Imediatamente após o Congresso de Innsbruck, Eitingon nomeou um subcomitê sob sua direção para cumprir a tarefa atribuída à Comissão Internacional de Formação (CIF) pelo Congresso. O “Comitê Eitingon”, como será chamado aqui, era composto, além do próprio Eitingon, pelos doutores Horney e Radó e pelo filósofo Müller-Braunschweig – todos berlinenses. Essa composição suscitou muitas críticas (Jones, 1957, p. 298) e despertou a suspeita de que havia uma intenção de submeter o mundo analítico ao espírito de Berlim.

Essa suspeita pouco foi apaziguada pelas atividades do Comitê. Um rascunho completo de regulamentos sobre questões de formação foi elaborado e então enviado aos grupos e seus comitês de formação, com um pedido de “sugestões para alterações ou acréscimos” (IJP, 1928, p. 385). “Em vez de começar enviando um questionário comum”, explicou Eitingon, “nós mesmos anexamos as respostas às perguntas elaboradas” (1929, p. 507). Era evidente que os berlinenses estavam convencidos de que já sabiam – e sabiam melhor do que os outros – qual deveria ser a forma da formação analítica, agindo

com uma autoconfiança presumida. A mesma tendência já havia se manifestado em Homburg.

Na primavera de 1928, as diretrizes propostas pelo Comitê Eitingon foram enviadas. Os autores esperavam que, após considerar os pareceres dos comitês locais de formação, pudessem elaborar um segundo rascunho revisado, que seria novamente enviado para consulta e comentários, de forma a se chegar a um texto definitivo, com o consentimento de toda a IPA (p. 508). Um segundo rascunho chegou a ser produzido, mas, como antes, as diferenças entre os grupos mostraram-se grandes demais para que isso levasse a um texto final. No Congresso seguinte, realizado em Oxford em 1929, o Comitê admitiu sua falha e abandonou a tarefa.

Tudo o que pôde ser feito a essa altura foi entregar aos membros da CIF o material reunido – os dois rascunhos e os pareceres correspondentes das sociedades filiais<sup>12</sup> – e indicar os problemas que levaram ao fracasso. Esse conjunto de documentos (*Materialien der I. Kommission zur Ausarbeitung von Richtlinien zur Ausbildung von psychoanalytischen Therapeuten*), até então praticamente negligenciado, representa uma fonte particularmente rica de ideias sobre a organização da formação psicanalítica na época, oferecendo uma visão transversal única das opiniões em toda a IPA. É esse material que o autor passa a discutir (para documentação e análise adicionais, ver Schröter, no prelo; Gumbel, 1995, pp. 31-32)<sup>13</sup>.

As diretrizes propostas pelo Comitê Eitingon (pp. 2-12, 64-76) foram ousadamente concebidas; somente entre 1981 e 1983 surgiu um texto comparável com pretensões de validade em toda a IPA (IPA, s.d., pp. 11-12). Em uma linguagem seca e legalista, as diretrizes abordavam as condições de admissão de candidatos, bem como o

12 Declarações oficiais foram enviadas pela Inglaterra, Nova York, Suíça, Viena e Hungria; declarações não oficiais vieram da Holanda e de Paris (houve também uma declaração muito breve da Rússia). Além disso, dois comentários adicionais foram feitos pela Sociedade Psicanalítica Alemã (Franz Alexander e Frankfurt).

13 Os *Materialien* (doravante citados apenas pelos números das páginas) foram reproduzidos para os membros da Comissão Internacional de Formação (CIF) (1929, p. 525). Estou utilizando uma cópia que pertenceu a Lidia Gumbel, gentilmente disponibilizada por Elisabeth e Friedrich-Wilhelm Eickhoff, aos quais gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos.

curso clássico de formação tripartite, separadamente para médicos e não médicos. Elas enfatizavam a autoridade dos comitês de formação sobre todas as questões relativas à formação e estabeleciam condições para a prática terapêutica de não médicos, como a participação obrigatória de médicos no diagnóstico. E declaravam expressamente que:

A formação é... também aberta a candidatos não médicos sob condições especiais, já que para o desenvolvimento da psicanálise é indispensável a colaboração de outros cientistas além dos formados em medicina. Como toda pesquisa psicanalítica é necessariamente baseada no fundamento empírico da terapia psicanalítica, a formação desses candidatos não médicos deve ser completa e igualmente prática e terapêutica, capacitando-os para o exercício da terapia psicanalítica. (pp. 3, 66)

Essa abertura aos leigos seria válida para toda a IPA. Nenhuma autonomia foi concedida às sociedades locais nesse aspecto; ao contrário, a autonomia foi conferida aos próprios indivíduos no que diz respeito à escolha de seu local de formação:

Como estas regulamentações são a base comum para as atividades formativas de todas as sociedades filiadas, a admissão de candidatos estrangeiros deve ocorrer da mesma forma que para os candidatos locais. Quando um candidato estrangeiro for aceito para a formação, o comitê de formação de seu país de origem deverá ser notificado (p. 7).

Nos casos de desacordo, o “tribunal arbitral da CIF” deveria ter jurisdição (p. 7).

A regulamentação centralizada da admissão correspondia ao princípio básico do Comitê Eitingon e da CIF em geral: a formação analítica não deveria ser uma questão de autoridade local ou nacional, mas algo que, em última instância, precisava ser tratado no âmbito da IPA. Entre os principais grupos europeus, já havia sido alcançado, àquela altura, um verdadeiro processo de internacionalização da formação, com alto grau de mobilidade tanto para os candidatos quanto para os analistas formados (Schröter, 2000, pp. 24-28). Para os

norte-americanos, no entanto – à luz das controvérsias em Innsbruck –, o primeiro rascunho do Comitê e a forma intransigente com que ele formulava a posição centro-europeia sobre os pontos controversos da formação leiga e da autonomia dos grupos devem ter soado como uma provocação.

É instrutivo observar que o segundo rascunho, revisado, do Comitê é em grande parte idêntico às diretrizes de formação aceitas em 1929 pela Sociedade Psicanalítica Alemã (*Zehn Jahre*, pp. 50-52). Até mesmo a lista local de cursos foi incorporada. Esse fato, por si só, indica que os autores haviam, de fato, redigido um documento *pro domo*, visando pouco mais do que uma elaboração do próprio modelo berlinense.

## V.

A troca de opiniões entre o Comitê Eitingon e os comitês locais de formação, refletida no *Materialien*, levou a mudanças textuais em algumas das regulamentações formuladas no primeiro rascunho; em outras, permaneceram diferenças interessantes e não resolvidas. Neste artigo, posso citar apenas alguns exemplos:

O Comitê originalmente exigia que os candidatos médicos tivessem concluído seus estudos universitários antes de iniciar a formação psicanalítica. Viena desejava suavizar essa condição, acrescentando a expressão “em geral”, de modo a permitir exceções (p. 37), desejo que foi incorporado no segundo rascunho (p. 66). Talvez essa mudança também tenha respondido a uma objeção feita pelos ingleses, que preferiam que a análise de formação começasse “nos primeiros anos dos estudos médicos” e não apenas após os exames finais (pp. 15-16).

Em relação à formação pré-analítica de candidatos não médicos, os ingleses levantaram uma questão específica (pp. 14-15). Argumentaram que o estudo da medicina era importante para os futuros analistas por conta das disciplinas pré-clínicas, ou seja, pelo tipo de pensamento científico que proporcionava. Assim, os não médicos deveriam ter estudado alguma biologia, e não apenas sociologia ou

áreas afins. Os ingleses deram grande ênfase a essa exigência. Estavam, portanto, também insatisfeitos com o fato de o Comitê Eitingon aceitar “realizações práticas e profissionais” em lugar de uma formação superior como qualificação suficiente. Isso visava claramente, escreveram eles, “à classe de assistentes sociais filantrópicas, que nossa experiência demonstrou ser, em geral, a mais inadequada imaginável para o trabalho científico”. A objeção parece refletir experiências específicas com não médicos em sua própria associação, especialmente ligados à Brunswick Square Clinic, um precursor “selvagem” do instituto de formação londrino (Schröter, 1996, pp. 1162-1167; Hinshelwood, 1998, pp. 93-95; por exemplo, Rundbriefe, vol. 1, pp. 140-143). O Comitê de Berlim ignorou esse último ponto, embora tenha tentado considerar o primeiro.

É surpreendente e marcante o fato de que o primeiro rascunho do Comitê Eitingon estimava a duração da análise de formação, em “sessões analíticas diárias de uma hora”, como “cerca de um ano” (p. 4). Nenhum outro ponto encontrou tanta contradição unânime por parte dos grupos não alemães. Os ingleses sugeriram que esse prazo representava cerca da metade do tempo que, segundo sua experiência, se mostrava necessário (p. 15). Essa discrepância reflete o processo coletivo de aprendizagem que Kovács (1936, pp. 349-350) descreveu como tendo começado com a crença de que a análise de formação “não precisava ser tão profunda quanto uma análise terapêutica”, ao passo que, em 1927, a expectativa era “que os analistas estivessem mais completamente analisados que seus pacientes”. No segundo rascunho, o Comitê alterou o tempo estipulado para “pelo menos um ano” (p. 67). Se isso se referia a cinco ou seis sessões semanais, permanece, por ora, impossível de determinar (Will, 2000, pp. 194-200).

A posição vienense (p. 38) era a de que a análise de formação deveria, em geral, ser concluída antes do início da formação teórica e prática. O primeiro rascunho do Comitê não dizia nada sobre essa sequência; o segundo incorporou a proposta de Viena no que dizia respeito à formação prática, isto é, ao início das análises supervisionadas (p. 67). Além disso, Viena queria dar ao comitê de formação a

autoridade para considerar uma análise de formação como insuficiente e exigir sua continuação – cláusula que entrou no rascunho revisado de forma literal (e posteriormente nas diretrizes de Berlim de 1929; cf. *Zehn Jahre*, p. 51). Viena também propôs que o analista de formação tivesse voz quanto ao ingresso precoce do aluno em outras partes da formação. Essa regulamentação, que pressupunha um “sistema de relatórios” (Thomä, 1993, pp. 16-25), também foi incorporada pelo Comitê Eitingon (em forma modificada) (pp. 67-68). É interessante notar que esses elementos burocráticos e hierarquizantes, que tendemos a associar com a Berlim prussiana, na verdade originaram-se na Viena austríaca.

Tanto a Suíça quanto a Holanda protestaram, sem sucesso, contra o fato de que o rascunho do Comitê tornava a filiação às sociedades psicanalíticas dependente da conclusão da formação, como no modelo de Berlim (pp. 21-22, 33). Ambos os grupos mantinham a visão anterior de que a IPA, bem como suas sociedades filiadas, eram fóruns para o debate científico, e rejeitavam o novo desenvolvimento que tornava a formação de terapeutas psicanalíticos seu objetivo central. Também sem sucesso, os suíços e os holandeses propuseram o princípio de que a admissão de estrangeiros à formação deveria ser uma decisão dos comitês de formação de seus próprios países (pp. 20-21, 33-34).

O primeiro rascunho do Comitê Eitingon exigia que os estudantes não médicos adquirissem conhecimentos médicos gerais adicionais, e recomendava o uso das instalações acadêmicas locais “enquanto os institutos psicanalíticos não estiverem em condições de oferecer esse conhecimento por conta própria” (p. 6). Essa cláusula subordinada refletia uma visão grandiosa apontada por Müller-Braunschweig pouco antes, em um artigo. Segundo ele, era necessário, além das disciplinas acadêmicas já existentes, “criar uma formação e educação psicanalítica específica” (1927, p. 230) como um curso independente de oito a dez semestres. Enquanto isso não existisse nas universidades, sugeria ele, “nossos institutos psicanalíticos privados deveriam abrir caminho”. Certamente Müller-Braunschweig tinha em mente a famosa utopia de Freud (1926, p. 246) de uma “universidade psicanalítica”. Foram os

ingleses que se opuseram a esse toque utópico (p. 16) e, com isso, contribuíram para sua omissão do segundo rascunho do Comitê.

Os suíços foram os únicos a expressar certas reservas quanto à concepção da análise de formação como um componente da formação em si, afirmando que a decisão sobre a admissão de um candidato só poderia ser tomada após sua análise (p. 31). Nesse mesmo espírito, duvidavam que fosse possível formar um juízo antecipado sobre a “aptidão pessoal” para a formação analítica, e sustentavam que a análise pessoal poderia começar antes da graduação universitária. Nos debates atuais, essa separação entre a análise de formação e a formação formal é uma característica do modelo de formação “aberto”, em oposição ao modelo “fechado” de Eitingon, amplamente considerado uma especialidade francesa (Sandler, 1982, p. 391; Thomä, 1993, pp. 16-25; Kernberg, 2000, pp. 104-105). A Suíça pode ter iniciado isso ainda antes (a França, aliás, não participou dos debates dos anos 1920 discutidos aqui). Na diferença entre os dois modelos, persiste a antiga tensão entre a autoridade formadora dos analistas individuais e a das instâncias organizacionais coletivas – uma tensão que, apesar de toda institucionalização da formação, jamais foi plenamente resolvida.

Em um comentário adicional (pp. 50-52) – que teve tão pouca influência sobre o trabalho do Comitê Eitingon quanto a objeção dos suíços –, Franz Alexander apresentou uma perspectiva semelhante. Ele contestou ainda mais veementemente um trecho do primeiro rascunho que excluía a priori da formação pessoas com “transtornos neuróticos graves” (p. 3), sustentando que tais distúrbios poderiam, de fato, ser transformados pela análise. Sua posição é interessante sobretudo porque foi comunicada a Freud, que lhe respondeu em 13 de maio de 1928:

Parece-me que sua contraproposta não leva em conta considerações práticas importantes. Temo que abrir mão de qualquer triagem preliminar [dos candidatos] nos leve a um excesso de trabalho frequentemente inútil. Não há garantia de que a análise traga as transformações de caráter necessárias, e, em qualquer caso, isso pressupõe

anos de esforço; dificilmente se esperaria que tal ideia fosse aceita, por exemplo, em Viena, onde quase todas as análises de formação são realizadas gratuitamente. Além disso, deve-se exigir dos candidatos garantias que não são requeridas dos pacientes, já que o trabalho analítico regular tem efeitos deletérios sobre a psique, assim como os raios Roentgen têm sobre os tecidos; isso precisa ser contrabalançado com trabalho árduo e constante. Por fim, uma vez que a rejeição por parte de uma sociedade analítica [isto é, se os resultados da análise de formação forem insatisfatórios] não tem poder legal nem prático, receio que justamente os candidatos que fracassarem acabem, invocando sua longa análise, se tornando analistas selvagens. (Jones, 1957, pp. 447-448)

Aparentemente, Alexander havia levantado a objeção de que a profissão analítica exigia “uma certa disposição neurótica” (p. 51), à qual Freud respondeu em 26 de maio (carta inédita):

Creio que as ideias desenvolvidas em sua última carta estão inteiramente corretas. Mas quanto à neurose do candidato, provavelmente há um grau ótimo – que não é muito alto. De neuróticos genuínos, alcoólatras, viciados em morfina e afins, que já fracassaram na vida, não há o que esperar para a psicanálise, mesmo após a análise. Suas considerações serão plenamente levadas em conta se a seleção preliminar visar justamente casos desse tipo.

Naquela época, Freud geralmente evitava opinar sobre detalhes práticos da formação, como os que estavam sendo regulamentados nos dois rascunhos do Comitê Eitingon. “São questões práticas”, escreveu a Alexander, “sobre as quais costumo me abster de responder” (Jones, 1957, p. 447). Isso torna ainda mais valiosas as observações acima, nas quais ele rompeu, de modo excepcional, com sua reserva. Elas mostram que Freud não partilhava da crítica principal de Alexander ao modelo de Eitingon.

Os ingleses acompanharam seus comentários ao primeiro rascunho do Comitê com uma observação ao mesmo tempo presunçosa

e realista: “Gostaríamos de saber... qual atitude o seu Comitê pretende adotar no caso de algumas sociedades não aceitarem os princípios do Memorando” (p. 14). Naturalmente, referiam-se à provável resistência dos americanos.

Isso não demorou a se concretizar. O Comitê de Formação de Nova York, presidido por Oberndorf, enviou ao Comitê uma carta notável por sua rudeza e abrupta franqueza (pp. 18-19). A carta não abordava o conteúdo propriamente dito, mas simplesmente marcava seção após seção com um seco “reprovado”. Mesmo a formação tripartite dos candidatos médicos (análise de formação, ensino teórico, análise supervisionada) foi rejeitada – o que só pode indicar que essas regulamentações estavam moldadas para uma formação analítica especializada em institutos que ainda não existiam nos Estados Unidos. Se as propostas do Comitê – que refletiam as visões centro-europeias, sobretudo berlinenses – haviam sido pensadas como “sugestões para debate” e ponto de partida para a construção de um compromisso capaz de alcançar consenso, como Eitingon mais tarde alegaria (1929, p. 507), então esse convite claramente não foi reconhecido nem aceito pelos americanos.

Suíça e Holanda também haviam criticado a tendência centralizadora do rascunho do Comitê Eitingon. No entanto, foi a carta de Nova York que frustrou os esforços então empreendidos para estabelecer normas unificadas de formação para a IPA. O Comitê tentou salvar o que pôde, rebaixando o status de suas propostas de “regulamentos” a meras “diretrizes” opcionais (p. 62). Mas não adiantou; a resposta dos nova-iorquinos ao segundo rascunho foi igualmente intransigente (p. 80). Essa reação – que sucedeu a muitas outras observações semelhantes (cf. *IJP*, 1922, p. 510; 1925, p. 243; 1927, p. 283) e, por isso mesmo, não deveria ter surpreendido ninguém – deveu-se, ao menos em parte, ao modo provocativo e pouco conciliador com que o Comitê de Berlim havia conduzido o processo. Mas os desdobramentos subsequentes indicam que os americanos não estavam dispostos a fazer concessões em nome da colaboração internacional sob nenhuma circunstância.

Algumas palavras sobre esses desdobramentos: no Congresso de Oxford de 1929 foi criado um novo comitê, desta vez com composição internacional e presidido por Jones (*IJP*, 1929, p. 525). Esse comitê elaborou novas diretrizes, que foram aceitas em 1932, no Congresso de Wiesbaden (*IJP*, 1933, pp. 157-159). Nesse documento, foi finalmente reconhecida a autonomia das sociedades locais no tocante à admissão de candidatos – inclusive no que dizia respeito à análise leiga. No entanto, os americanos intensificaram ainda mais sua luta por independência, até que em 1938 romperam com qualquer colaboração com a IPA que não fosse de natureza científica (Wallerstein, 1998, pp. 33-49). De fato, criaram uma estrutura nacional paralela que substituiu, para todos os fins práticos, a IPA e a Comissão Internacional de Formação (May, 1976, pp. 1237-1238). Pode-se inferir desse percurso que a resistência dos americanos, nos anos anteriores, também não se dirigia essencialmente a pontos específicos das diretrizes do ITC, mas sim à própria imposição da integração e da conformidade internacional.

## VI.

Um exame do conjunto dos documentos do Comitê Eitingon (ver Schröter, no prelo) revela que eles refletem, em grande medida, o problema que a Comissão Internacional de Formação (CIF) havia se proposto a resolver: os diferentes estágios de desenvolvimento da formação psicanalítica nas sociedades locais ou nacionais filiadas à IPA. O Comitê de Berlim elaborou um documento que representava o que, nos anos recentes, havia sido reconhecido como o nível mais avançado de formação. Os grupos que, àquela altura, já dispunham de institutos de formação (Viena, Inglaterra e também Hungria) reagiram de forma construtiva, expressando seus desejos de mudança como sugestões pontuais, dentro de um quadro que, em princípio, compartilhavam. Assim, corresponderam à expectativa sobre a qual o trabalho do Comitê havia sido estruturado. Entre esses quatro grupos – que, por meio da associação de seus líderes no chamado

“Comitê Secreto”, tinham uma tradição de colaboração estreita (Wittenberger, 1995; Schröter, 1995; Grosskurth, 1991) – certamente teria sido possível chegar a um acordo quanto a diretrizes comuns endossadas pela IPA.

Mas havia outras sociedades – Nova York, Holanda e Suíça – que, pelos critérios dos principais grupos europeus, estavam em estágio menos avançado. Foram elas que insistiram de modo mais decidido em sua autonomia e exigiram, com fervor anti-centralizador, que suas condições locais fossem levadas em conta. Além disso, todos esses países haviam desenvolvido culturas psicanalíticas distintas daquelas dos grupos centrais, marcadas por vínculos mais estreitos com os meios profissional e acadêmico, especialmente com o campo da psiquiatria. O impulso para construir instituições voltadas à formação psicanalítica independente era, nesses contextos, proporcionalmente mais fraco. Esses grupos não conseguiram se engajar com os rascunhos elaborados em Berlim, que viam como expressão de um imperialismo cultural – e ao qual responderam com uma espécie de resistência nacionalista. Foi essa disparidade entre as sociedades psicanalíticas mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas que levou ao fracasso do Comitê Eitingon.

Balint resumiu toda a história da Comissão Internacional de Formação (CIF) da seguinte maneira: “um começo de grandes esperanças, sucessos iniciais notáveis, depois dificuldades totalmente inesperadas, manejo muito ineficiente e confuso dessas dificuldades, e um quase completo desastre no final” (1948, p. 163). Essa descrição cobre grande parte do que relatei neste artigo. No entanto, ela não oferece o quadro completo. Ao observarmos mais de perto, podemos ver que o objetivo principal de Eitingon – a implementação de institutos de formação como norma em toda a IPA – foi, ainda assim, alcançado. No início dos anos 1930, os Estados Unidos alcançaram o nível dos principais grupos europeus com a criação dos primeiros institutos de formação em Nova York, Chicago e Boston.<sup>14</sup> Os berlineses Radó, Alexander, Horney e Sachs desempenharam papéis de

<sup>14</sup> Washington está ausente dessa lista porque seguiu um modelo diferente.

liderança nesses institutos, contribuindo decisivamente para o estabelecimento do modelo de Berlim na América – o país mais importante para o futuro da psicanálise.<sup>15</sup> Assim, os esforços para estabelecer uma regulamentação unificada da formação analítica acabaram por ser bem-sucedidos em essência, ainda que não em todos os detalhes (e especialmente não em relação à análise leiga). Mas isso ocorreu por meios completamente distintos daqueles tentados entre 1927 e 1929: o modelo berlinense prevaleceu nos EUA por meio da importação autônoma de alguns de seus principais representantes – e não pela exportação centralizada das diretrizes de formação que Eitingon havia procurado implementar.

**Max Eitingon y la lucha por establecer una norma internacional para la formación psicoanalítica (1925-1929)**

Resumen: Este artículo se ocupa de los primeros años de la Comisión de Entrenamiento de la IPA (ITC). En primer lugar, ofrece un esquema del modelo de entrenamiento de Berlín, incluyendo algunos de sus aspectos menos conocidos. El autor muestra que la fundación de la ITC en 1925 fue concebida para promover el establecimiento general del entrenamiento institucionalizado, de acuerdo con este modelo pionero. Con respecto al análisis profano, el autor hace énfasis en la tensión entre el poder central y la autonomía local en la política de admisiones. La parte final del escrito versa sobre un subcomité de la ITC (el “Comité Eitingon”), nombrado en 1927, que trató de formular pautas de formación para toda la IPA, nuevamente con un perfil claramente berlinés. La discusión del borrador de estas pautas entre todas las sociedades afiliadas (con la participación del propio Freud) reveló desacuerdos interesantes, aunque la naturaleza “cerrada” del sistema – a diferencia de lo que más tarde se llamaría un “sistema abierto” – apenas fue cuestionada. La iniciativa naufragó, al parecer por la oposición estadounidense, pero en esencia debido a que las sociedades locales se encontraban en etapas distintas de desarrollo en lo que respecta al establecimiento del entrenamiento psicoanalítico especializado, lo cual había abierto una brecha. El artículo se basa en gran parte

15 Observe que a emigração desses quatro analistas berlinenses não esteve relacionada com a ascensão de Hitler, mas ocorreu entre 1930 e 1932 devido a atividades de recrutamento por parte dos norte-americanos (Eitingon, 1933, p. 162). Ocorre um obscurecimento do quadro histórico quando essa primeira onda de emigração – como acontece repetidamente – é confundida com as emigrações posteriores que ocorreram a partir de 1933.

en materiales inéditos y también ofrece información sobre Max Eitingon, el menos conocido entre los pioneros del psicoanálisis.

Palabras clave: Instituto Psicoanalítico de Berlín, Max Eitingon, Asociación Psicoanalítica Internacional (IPA), Comisión Internacional de Entrenamiento, análisis profano, profesionalización del psicoanálisis, entrenamiento psicoanalítico

**Max Eitingon and the struggle to establish an international standard for psychoanalytic training (1925-1929)**

Abstract: This paper deals with the first years of the IPA's International Training Commission (ITC). The author begins by outlining the Berlin model of training, including some less familiar aspects, and he describes how the foundation of the ITC in 1925 was designed for promoting the general establishment of institutionalised training according to this pioneer model. In relation to lay analysis, he highlights the issue of central power versus local autonomy with regard to admission policy. The latter part of the narrative is devoted to an ITC subcommittee ('Eitingon Committee'), appointed in 1927, which tried to formulate training guidelines for the whole IPA, again with a clear Berlin profile. The discussion of the draft of these guidelines among all branch societies (with Freud himself participating) revealed some interesting disagreements, while the 'closed' nature of the system, as opposed to what later came to be called an 'open system', was hardly challenged. The initiative failed, apparently through American opposition, but essentially because of the developmental gap between local societies as to the institution of specialised psychoanalytic training. The paper is based largely on unpublished material and also provides some information about Max Eitingon, the least well known of the early leaders of psychoanalysis

Keywords: Berlin Psychoanalytic Institute, Max Eitingon, International Psychoanalytical Association (IPA), International Training Commission, lay analysis, professionalization of psychoanalysis, psychoanalytic training

**Max Eitingon et la lutte pour établir une norme internationale de formation psychanalytique (1925-1929)**

Résumé : Cet article traite des premières années de la Commission internationale de formation de l'IPA. Il décrit tout d'abord le modèle de formation berlinois, en mettant en lumière certains aspects peu connus. L'auteur montre que la fondation de la Commission, en 1925, visait à imposer une forma-

tion analytique institutionnalisée, conforme à ce modèle pionnier. En ce qui concerne l'analyse profane, l'auteur insiste sur la divergence entre le pouvoir central et l'autonomie locale en matière de politique d'admission. La seconde partie de l'article est consacrée à un sous-comité de la Commission (le « comité Eitingon »), institué en 1927, qui tenta d'élaborer des lignes directrices pour la formation au sein de l'ensemble de l'IPA, une fois encore selon un profil clairement berlinois. La discussion de cette esquisse, à travers toutes les sociétés affiliées (avec la participation de Freud), révèle des divergences intéressantes, tandis que la nature « fermée » du système – par opposition à ce qui sera appelé plus tard un « système ouvert » – fut à peine interrogée. L'entreprise échoua, apparemment à cause de l'opposition américaine, mais surtout en raison du fossé grandissant entre les sociétés locales quant à l'institutionnalisation d'une formation spécialisée. Cet article s'appuie en grande partie sur des sources non publiées et fournit également des informations sur Max Eitingon, le moins connu des pionniers de la psychanalyse.

Mots-clés : Institut psychanalytique de Berlin, Max Eitingon, Association psychanalytique internationale (IPA), Commission internationale de formation, analyse profane, professionnalisation de la psychanalyse, formation psychanalytique

## Referências

- Balint, M. (1948). On the psycho-analytic training system. *International Journal of Psychoanalysis*, 29, 163-173.
- Bos, J. (2001). Notes on a controversy: The question of lay analysis. *Psychoanalysis and History*, 3, 153-169.
- Danto, E. A. (1998). The ambulatorium: Freud's free clinic in Vienna. *International Journal of Psychoanalysis*, 79, 287-300.
- Danto, E. A. (1999). The Berlin Poliklinik: Psycho-analytic innovation in Weimar Germany. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 47, 1269-1292.
- Discussion on lay-analysis. (1927). *International Journal of Psychoanalysis*, 8, 174-183, 392-401.
- Eitingon, M. (1923). Report on the Berlin Psycho-Analytical Policlinic (March 1920-June 1922). *International Journal of Psychoanalysis*, 4, 254-269.
- Eitingon, M. (1924). Bericht über die Berliner Psychoanalytische Poliklinik in der Zeit von Juni 1922 bis März 1924. *Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse*, 10, 229-240.

- Eitingon, M. (1926). Opening address at the 'Preliminary discussion of the question of analytical training' in Homburg. *International Journal of Psychoanalysis*, 7, 130-134.
- Eitingon, M. (1927). Concluding remarks on the question of lay analysis II. *International Journal of Psychoanalysis*, 8, 399-401.
- Eitingon, M. (1928a). Report at the meeting of the itc in Innsbruck. *International Journal of Psychoanalysis*, 9, 135-140.
- Eitingon, M. (1928b). Report of the Berlin Psycho-Analytical Institute at the Xth International Psychoanalytical Congress, Innsbruck. *International Journal of Psychoanalysis*, 9, 148-149.
- Eitingon, M. (1929). Report of the work of the Berlin sub-committee at the session of the itc in Oxford. *International Journal of Psychoanalysis*, 10, 507-509.
- Eitingon, M. (1933). Business report at the XIIth International Psychoanalytical Congress, Wiesbaden. *International Journal of Psychoanalysis*, 14, 160-168.
- Eitingon, M. (1937). Opening address by the chairman at the general meeting of the itc in Marienbad. *International Journal of Psychoanalysis*, 18, 350-358.
- Fallend, K. (1995). *Sonderlinge, Träumer, Sensitive: Psychoanalyse auf dem Weg zur Institution und Profession*. Jugend & Volk.
- Falzeder, E. (2000). Profession-psychoanalyst: A historical view. *Psychoanalysis and History*, 2, 37-60.
- Fenichel, O. (1998). *119 Rundbriefe (1934-1945)* (Vols. 1-2). Stroemfeld.
- Fleming, J., & Benedek, T. F. (1966). *Psychoanalytic supervision: A method of clinical teaching*. New York/Grune & Stratton.
- Freud, S. (1912). Recommendations to physicians practising psycho-analysis. In S. Freud, *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 111-120). Hogarth Press.
- Freud, S. (1926). The question of lay analysis. In S. Freud, *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (Vol. 20, pp. 183-250). Hogarth Press.
- Freud, S. (1927). Postscript [of 'The question of lay analysis']. In S. Freud, *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (Vol. 20, pp. 251-258). Hogarth Press.
- Freud, S., & Abraham, K. (1965). *A psycho-analytic dialogue: The letters of Sigmund Freud and Karl Abraham, 1907-1926* (H. C. Abraham & E. L. Freud, Eds.). New York: Basic Books.
- Freud, S., & Ferenczi, S. (2000). *The correspondence (Vol. 3: 1920-1933)* (E. Falzeder & E. Brabant, Eds., with P. Giampieri-Deutsch). Cambridge, MA/ Belknap Press of Harvard University Press.
- Freud, S., & Jones, E. (1993). *The complete correspondence, 1908-1939* (R. A. Paskauskas, Ed.). Belknap Press of Harvard University Press.

- Girard, C. (1990). Les positions d'Ernest Jones et de l'Association psychanalytique internationale devant l'analyse 'profane'. *Revue internationale d'histoire de la psychanalyse*, 3, 105-127.
- Grosskurth, P. (1991). *The secret ring: Freud's inner circle and the politics of psychoanalysis*. Addison-Wesley.
- Grubrich-Simitis, I. (1993). *Zurück zu Freuds Texten: Stumme Dokumente sprechen machen*. Fischer.
- Gumbel, E. (1995). Über mein Leben mit der Psychoanalyse. *Jahrbuch Psychoanalyse*, 34, 7-63.
- Hinshelwood, R. D. (1998). The organizing of psychoanalysis in Britain. *Psychoanalysis and History*, 1, 87-102.
- International Psychoanalytical Association (ipa). (n.d.). *Information booklet of the International Psychoanalytical Association*.
- Jones, E. (1936). The future of psychoanalysis. *International Journal of Psychoanalysis*, 17, 269-277.
- Jones, E. (1943). Obituary Max Eitingon. *International Journal of Psychoanalysis*, 24, 190-192.
- Jones, E. (1957). *The life and work of Sigmund Freud: Vol. 3. The last phase, 1919-1939*. Basic Books.
- Kächele, H., & Thomä, H. (2000). On the devaluation of the Eitingon-Freud model of psychoanalytic education. *International Journal of Psychoanalysis*, 81, 806-808.
- Kernberg, O. (2000). A concerned critique of psychoanalytic education. *International Journal of Psychoanalysis*, 81, 97-120.
- Kovacs, V. (1936). Training- and control-analysis. *International Journal of Psychoanalysis*, 17, 346-354.
- Leupold-Löwenthal, H. (1978). Zur Geschichte der 'Frage der Laienanalyse'. In H.-M. Lohmann (Ed.), *Hundert Jahre Psychoanalyse: Bausteine und Materialien zu ihrer Geschichte* (pp. 196-219). Stuttgart: Verlag Internationale Psychoanalyse. (Publicado em 1996)
- May, U. (1976). Psychoanalyse in den USA. In D. Eicke (Ed.), *Die Psychologie des 20. Jahrhunderts: Vol. 2. Freud und die Folgen (1). Von der klassischen Psychoanalyse...* (pp. 1219-1264). Kindler.
- Mühlleitner, E. (1992). *Biographisches Lexikon der Psychoanalyse: Die Mitglieder der Psychologischen Mittwoch-Gesellschaft und der Wiener Psychoanalytischen Vereinigung 1902-1938* (J. Reichmayr, Mitarbeit). Tübingen: Edition Diskord.
- Müller-Braunschweig, C. (1927). Diskussion der „Laienanalyse“ X. *Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse*, 13, 223-230.
- Neiser, E. M. J. (1978). *Max Eitingon: Leben und Werk* (Tese de doutorado em medicina, Universidade de Mainz).

- Pomer, S. L. (1966). Max Eitingon: The organization of psychoanalytic training. In F. Alexander et al. (Eds.), *Psychoanalytic Pioneers* (pp. 51-62). New Brunswick/Transactions. (Publicado em 1995)
- Sandler, A.-M. (1982). The selection and function of the training analyst in Europe. *International Review of Psycho-Analysis*, 9, 386-398.
- Schröter, M. (1995). Freuds Komitee 1912-1914: Ein Beitrag zum Verständnis psychoanalytischer Gruppenbildung. *Psyche*, 49, 513-563.
- Schröter, M. (1996). Zur Frühgeschichte der Laienanalyse: Strukturen eines Kernkonflikts der Freud-Schule. *Psyche*, 50, 1127-1175.
- Schröter, M. (1997). Max Eitingon – ein Geheimagent Stalins? Erneuter Protest gegen eine zähe Legende. *Psyche*, 51, 457-470.
- Schröter, M. (2000). Gustav Hans Graber und seine Aufnahme in die DPG, oder: Zum Professionalisierungsstand der deutschen Psychoanalyse um 1930 (mit Dokumenten). *Luzifer-Amor*, 13(26), 16-41.
- Schröter, M. (in press). Die 'Eitingon-Kommission' (1927-1929) und ihr Entwurf einheitlicher Ausbildungsrichtlinien für die IPV. *Jahrbuch Psychoanalyse*.
- Schultz-Venrath, U. (2000). Notizen zur Geschichte der psychoanalytischen und psychotherapeutischen Ausbildung: Entwicklungslinien und Verwerfungen zwischen den 'Richtlinien' von 1923 und der 'Berufsordnung' von 1946. *Luzifer-Amor*, 13(26), 54-83.
- Thomä, H. (1993). Training analysis and psychoanalytic education: Proposals for reform. *Annual of Psychoanalysis*, 21, 3-75.
- Wallerstein, R. S. (1998). *Lay Analysis: Life Inside the Controversy*. Analytic Press.
- Will, H. (2000). Die Frequenzdebatte in der klassischen Psychoanalyse – ein Rätsel mit Folgen. In A.-M. Schlösser & K. Höfeld (Eds.), *Psychoanalyse als Beruf* (pp. 193-210). Psychosozial.
- Wittenberger, G. (1995). *Das 'Geheime Komitee' Sigmund Freuds: Institutionalisierungsprozesse in der 'Psychoanalytischen Bewegung' zwischen 1912 und 1927*. Edition Diskord.
- Wittenberger, G., & Tögel, C. (Eds.). (1999-). *Die Rundbriefe des 'Geheimen Komitees'* (Vol. 1: 1913-1921; Vol. 2: 1921). Edition Diskord.
- Zehn Jahre Berliner Psychoanalytisches Institut (Poliklinik und Lehranstalt)*. (1930). Vienna: Internationaler Psychoanalytischer Verlag. (Reimpresso em 1970, Hain)

Tradução de Mariana Ali Mies

Michael Schröter  
mi.schroeter@t-online.de

DOI: 10.5935/0103-5835.v58n108.17